

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados e outros resultados abrangentes	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

(Nova denominação da Companhia Brasileira de Seguros e Previdência)

CNPJ: 01.582.075/0001-90

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., relativas ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2015, ao balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e o respectivo Parecer dos Auditores Independentes.

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. mantém sólida posição financeira, inclusive com ativos livres da ordem de R\$ 22,1 milhões.

A Sociedade administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e de risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 508/2015.

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. aproveita a oportunidade para agradecer especialmente aos Acionistas pela confiança, à sua equipe de funcionários e aos seus parceiros e corretores pela conquista desses resultados, aos clientes pela preferência e confiança, à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2015.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e Acionistas da
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

(Em milhares de reais)

ATIVO		2015	2014
CIRCULANTE		63.072	54.650
Disponível		554	318
Caixa e Bancos		554	318
Aplicações Financeiras	Nota 5	61.870	53.591
Outros Créditos Operacionais		481	573
Títulos e Créditos a Receber		167	168
Títulos e Créditos a Receber		50	51
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 6	117	117
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.114	1.887
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.716	1.590
Títulos e Créditos a Receber		1.716	1.590
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 10.3	1.716	1.590
Investimentos	Nota 7	171	164
Participações Societárias		171	164
Imobilizado		167	74
Bens Móveis		65	40
Outras Imobilizações		102	34
Intangível		60	59
Outros Intangíveis		60	59
TOTAL DO ATIVO		65.186	56.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

(Em milhares de reais)

	2015	2014
PASSIVO		
CIRCULANTE	40.138	32.871
Contas a Pagar	244	95
Obrigações a Pagar	101	92
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	7	-
Impostos e Contribuições	136	3
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	135	126
Outros Débitos Operacionais	135	126
Provisões Técnicas - Seguros	39.759	32.651
Pessoas	39.759	32.651
NÃO CIRCULANTE	2.331	2.175
Contas a Pagar	2.307	2.151
Outras Contas a Pagar	2.307	2.151
Outros Débitos	24	24
Provisões Judiciais	24	24
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.717	21.490
Capital Social	66.052	66.052
Prejuízos Acumulados	(44.562)	(44.562)
Lucro do Semestre	1.227	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.186	56.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014.

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>Reclassificado</u>
Prêmios Emitidos	20.322	17.863
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios	(301)	(321)
Prêmios Ganhos	20.021	17.542
Receita com Emissão de Apólices	1.186	1.029
Sinistros Ocorridos	Nota 14 (17.592)	(15.461)
Custos de Aquisição	Nota 14 (288)	(256)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 14 (1.442)	(1.272)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	1.885	1.582
Despesas Administrativas	Nota 14 (724)	(563)
Despesas com Tributos	Nota 14 (869)	(692)
Resultado Financeiro	Nota 14 1.425	1.055
Resultado Patrimonial	5	3
RESULTADO OPERACIONAL	1.722	1.385
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	2	4
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	1.724	1.389
Imposto de Renda	Nota 15 (287)	(241)
Contribuição Social	Nota 15 (210)	(213)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	1.227	935
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	1.227	935
Quantidade de Ações	936	936
(Prejuízo) Lucro Líquido por Ação - R\$	1.310,90	998,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do semestre	1.227	935
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	(6)	15
Perda na alienação de imobilizado intangível	(2)	(4)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(8.280)	(7.028)
Créditos fiscais e previdenciários	-	68
Depósitos judiciais e fiscais	(126)	(335)
Outros ativos	99	169
Impostos e contribuições	536	382
Outras contas a pagar	157	230
Débitos de operações com seguros e resseguros	9	21
Provisões técnicas - seguros e resseguros	7.107	7.268
Outros passivos	9	-
Caixa Gerado pelas Operações	<u>730</u>	<u>1.721</u>
Impostos sobre o lucro pagos	(395)	(330)
Caixa Líquido gerado nas Atividades Operacionais	<u>335</u>	<u>1.391</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	-	(29)
Imobilizado e Intangível	-	(25)
Pagamento pela compra:		
Imobilizado e Intangível	(99)	(11)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento	<u>(99)</u>	<u>(65)</u>
Aumento Líquido de caixa no semestre	<u>236</u>	<u>1.326</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do semestre	<u>318</u>	<u>2.000</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do semestre	<u>554</u>	<u>3.326</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014.

(Em milhares de reais)

	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>AUMENTO DE CAPITAL EM APROVAÇÃO</u>	<u>PREJUÍZOS ACUMULADOS</u>	<u>TOTAL</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	58.052	8.000	(44.500)	21.552
Aumento de Capital.....	8.000	(8.000)	-	-
Lucro do semestre.....	-	-	935	935
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	66.052	-	(43.565)	22.487
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	66.052	-	(44.562)	21.490
Lucro do semestre.....	-	-	1.227	1.227
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	66.052	-	(43.335)	22.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2015 COMPARATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E AS DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014 (Em milhares de reais)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163 6º andar, Centro, CEP: 90010-001 na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação no ramo de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia não comercializou seguros de pessoas e planos de previdência complementar no primeiro semestre de 2015 e para o ano de 2014, tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., e é controlada em última instância pela Icatu Holding S.A..

No dia 28.01.2015, a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) comunicou a aprovação prévia da reestruturação societária da Rio Grande Seguros e Previdência S. A. através da carta nº 361/2014/SUSEP-SEGER, esse comunicado é referente ao contrato de Investimento firmado entre Icatu Seguros e o Banco Banrisul para a exclusividade da venda de produtos de seguros de pessoas e previdência, bem como a consequente reestruturação societária necessária para efetivação desta operação.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Base de Preparação**

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 508/2015, que revogou a Circular SUSEP nº 483, alterando o plano de contas a ser utilizado pelas entidades supervisionadas, normas do CNSP e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A Receita com emissão de Apólice teve sua divulgação reclassificada no valor de R\$ 1.029 para efeito de melhor apresentação e comparabilidade, modificando a linha de Outras Receitas (Despesas) Operacionais em 30/06/2014 (R\$ 243) para (R\$ 1.272).

Estas Demonstrações Financeiras Intermediárias foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2015.

2.2 Base de Mensuração

Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias “ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado”. A companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade, sendo que aqueles onde não é possível identificar tais prazos são classificados no “Circulante”, caracterizando passivos de exigibilidade imediata.

2.3 Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários ao registro dos passivos relacionados a sinistros, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, às provisões técnicas e às provisões judiciais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir dessas estimativas.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas, e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que por ventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- ✓ Redução ao Valor Recuperável (vide nota 3.1.c);
- ✓ Provisões Técnicas (vide nota 3.5 e 8);
- ✓ Aplicações Financeiras (vide nota 5);
- ✓ Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota 6) e
- ✓ Provisões Judiciais (vide nota 3.6 e 10.1).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras Intermediárias. As práticas mais relevantes adotadas são:

3.1 Instrumentos Financeiros

a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros não derivativos

Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Financeiras Intermediárias, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; e
- (II) Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência e demais contas a receber. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c) Redução ao Valor Recuperável

c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo.

3.2 Investimentos

A participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. é contabilizada ao custo de aquisição.

3.3 Imobilizado

Está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios – 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, na demonstração do resultado.

3.4 Intangível

Está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. O intangível deve ser avaliado a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a vida útil estimada.

3.5 Receitas de Prêmios e Provisões Técnicas

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”) na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 273/2012, alterada pela Resolução CNSP nº 298/2013. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

3.6 Provisões Judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, consultores externos e da Administração em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais.

As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base na probabilidade de saída de recursos para liquidação das obrigações. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. As mesmas encontram-se contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”, no Passivo não Circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC.

Os valores estimados de perda prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada.

Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis.

3.7 Impostos e Contribuições

3.7.1 Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%.

3.7.2 Impostos Diferidos

São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Intermediárias sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustadas pelo valor da provisão para não realização, quando aplicável.

4. GESTÃO DE RISCO

O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia considera, a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos.

4.1 Responsabilidades pela Gestão de Riscos:

A Gestão de Riscos tem o suporte dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais as de *Compliance* e Controles Internos, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas.

Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos têm a atribuição de, periodicamente, rever as estratégias dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para tais riscos.

4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

A formulação e revisão das políticas de controles internos tem por objetivo a melhoria contínua dos processos e controles na redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia.

A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

4.3 Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

Principais riscos associados a instrumentos financeiros

Risco de Crédito - Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras.

Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através da Política e Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou cotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o rating atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em moeda local, o risco soberano do Governo brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AAA, e está relacionado às emissões locais

denominadas em reais de títulos públicos federais. O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2 conforme definido na nota 5.1, com exceção das cotas de fundos não exclusivos, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de rating: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora. O Gerenciamento de risco de crédito está alocado no rating AAA em R\$ 48 em 30/06/2015 (R\$ 46 em 31/12/2014).

Risco de Mercado - Constante potencial que a carteira de títulos tem de sofrer perdas devido a flutuações nos fatores de risco dos ativos.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR (Value at Risk)* paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com informações sobre o *VaR* e nível de stress da carteira.

Os riscos associados a essas estratégias são mensurados através do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (i) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 dia, estimado com nível de confiança de 95%, volatilidade EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) janela de 300 dias e lambda de 0,94.
- (ii) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de um *basis-point* (0,01%) nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro abaixo apresentamos:

- A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Riscos (Em Reais)	30/06/2015			31/12/2014		
	DIV-01	VAR	Exposição	DIV-01	VAR	Exposição
Préfixado - DI	5	3	61.871	17	8	53.591
Total		<u>3</u>	<u>61.871</u>		<u>8</u>	<u>53.591</u>

Risco de Liquidez - No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar os prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos da Companhia. Tal gestão também está incluída no âmbito de clientes, está na gestão de inadimplência dos clientes de apólices de seguro de Vida e títulos recebíveis referentes às atividades de resseguro e cosseguro.

Para ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando o Modelo de *Miller-Orr* adaptado às características da Companhia. A liquidez de longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) conforme premissas definidas na Política de Investimentos e aprovadas em Comitê de Investimentos interno.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos Financeiros	30/06/2015	31/12/2014	Passivos Financeiros	30/06/2015	31/12/2014
Até 1 ano	59.067	50.743	Até 1 ano	40.138	32.871
Caixa e Bancos.....	554	318	Provisões Técnicas.....	39.759	32.651
Aplicações.....	58.463	50.374	Contas a pagar.....	244	95
Titulos e Créditos a Receber.....	50	51	Débitos de operações com seguros.....	135	125
Acima de 1 ano	5.123	4.807	Acima de 1 ano	2.307	2.151
Aplicações.....	3.407	3.217	Provisões Técnicas.....	-	-
Titulos e Créditos a Receber.....	1.716	1.590	Contas a pagar.....	2.307	2.151
Total do Ativo Financeiro.....	64.190	55.550	Total do Passivo Financeiro.....	42.445	35.022

Risco Operacional - Inclui Risco Operacional, Legal, de Fraude e *Compliance*. A gestão do Risco Operacional se concentra essencialmente na manutenção da matriz de riscos operacionais, que permite à Companhia mapear e acompanhar o comportamento dos riscos aos quais as atividades e negócios estão sujeitos. A matriz é periodicamente revisada, visando sua constante atualização e todas essas atividades são realizadas em conjunto com as áreas executoras. Cada risco e controle trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de exposição, informando ainda o tipo de risco. O processo de gestão desses riscos obedece a ciclos temporais, os quais incluem as seguintes etapas abaixo:

Identificação – Consiste em identificar os riscos inerentes às atividades da Companhia, contemplando a avaliação dos produtos, serviços, processos e objetivos.

Mensuração – Consiste em obter informações que permitam a mensuração de acordo com os níveis de exposição (alto, baixo ou médio) baseado na ponderação entre o impacto x frequência e aspectos subjetivos identificados.

Redução – Representa as medidas tomadas pela Companhia para redução de riscos através de ações que minimizem o impacto no caso de ocorrências adversas. Contempla também a verificação da efetividade dos controles internos.

Acompanhamento – A Companhia acompanha a efetividade dos controles internos através de testes que garantam a eficácia destes na redução dos riscos ao qual está exposta.

Comunicação – Contempla todas as atividades voltadas à divulgação de informações sobre riscos e controles comunicados tempestivamente e permeados por toda a Companhia.

As áreas têm a responsabilidade de manter histórico e registrar todas as ocorrências de Riscos Operacionais e devidamente reportá-las as equipes de supervisão, conforme política vigente.

Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia avalia e monitora as exposições aplicáveis e as aponta através de emissão de pareceres. Todas as consultas e acompanhamento são executados conforme aos normativos vigentes e aplicáveis. Os Riscos de Fraude são controlados conforme exigência das leis que coíbam práticas fraudulentas e de lavagem de dinheiro.

Na esfera de Risco Legal, o departamento jurídico da Companhia realiza a análise de contratos corporativos, avalia demandas internas e participa da formação de novos produtos a serem lançados pela Companhia. Todos os posicionamentos da área são documentados em pareceres técnicos.

Todos os relatórios e monitoramentos listados acima são devidamente reportados a Alta Administração, que tem a responsabilidade de orientar quanto às tratativas de riscos.

Risco de Subscrição – A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia garantindo assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Durante o primeiro semestre de 2015 e o ano de 2014, a Companhia atuou apenas no seguro DPVAT, que é de contratação obrigatória por parte dos segurados e cujo risco é avaliado exclusivamente pela Seguradora Líder.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As exposições máximas ao risco de crédito, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que os ativos financeiros da Companhia estão expostos, estão descritos na nota 4.3.

5.1 Composição das Aplicações Financeiras

Os ativos mantidos em carteira administrada própria são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela ANBIMA e pela BM&FBOVESPA. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo classificados no Nível 2.

- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

A composição das aplicações financeiras classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo está apresentada como segue:

Nível 2	30/06/2015		Taxa média de juros	31/12/2014		Taxa média de juros
	Contábil/Valor de Mercado			Contábil/Valor de Mercado		
Letras Financeiras do Tesouro.....	3.407	5,51%	SELIC	3.216	6,00%	SELIC
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	58.415	94,41%		50.329	93,91%	
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB.....	48	0,08%	CDI	46	0,09%	CDI
Categoria I - Valor justo por meio de resultado	61.870	100,00%		53.591	100,00%	
Total	61.870	100,00%		53.591	100,00%	

Os vencimentos das aplicações financeiras dos títulos e valores mobiliários, com exceção das cotas de fundos, estão distribuídos da seguinte forma:

	Valor Contábil / Valor de Mercado	
	30/06/2015	31/12/2014
Até 1 ano.....	48	46
De 1 a 5 anos.....	3.407	1.647
Acima de 5 anos..	-	1.569
Total	3.455	3.262

5.2 Movimentação das Aplicações

Valor Justo por meio do Resultado	
Saldo em 31/12/2013	45.924
Aplicações.....	16.903
Aplicações em títulos	1.523
Resgates.....	(14.626)
Resgates em títulos.....	(1.499)
Rentabilidade.....	5.366
Saldo em 31/12/2014	53.591
Aplicações.....	14.581
Resgates.....	(9.679)
Rentabilidade.....	3.377
Saldo em 30/06/2015	61.870
Disponíveis para venda	
Saldo em 31/12/2013	-
Aplicações em títulos	1.499
Resgates em títulos.....	(1.523)
Rentabilidade.....	24
Saldo em 31/12/2014	-
Saldo em 30/06/2015	-
VALOR TOTAL	61.870

No quadro anterior, as aplicações e resgates em títulos são referentes aos movimentos dentro dos fundos exclusivos que afetam as quantidades de títulos disponíveis para venda.

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis anualmente, à razão de 30% dos lucros tributáveis, sendo ambos imprescritíveis.

Em função do histórico de prejuízos incorridos até o ano-calendário de 2005 e a incerteza da realização desses créditos tributários no prazo de 10 (dez) anos, a Administração mantém provisão para perdas para 100% dos créditos tributários diferidos.

O ano de formação do prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social:

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa
Até 2001.....	7.290	7.298
2002.....	9.278	9.279
2003.....	7.413	7.413
2004.....	14.494	14.494
2005.....	3.914	3.914
Saldo.....	42.389	42.398

Os créditos tributários são compostos da seguinte forma:

Circulante	30/06/2015	31/12/2014
Impostos a Recuperar	117	117
Imposto de Renda.....	117	117
Total Circulante	117	117
Não Circulante		
Imposto de Renda Diferido	11.344	11.475
Prejuízos Fiscais.....	10.597	10.725
Diferenças Temporárias.....	747	750
Contribuição Social Diferida	6.808	6.887
Base Negativa.....	6.360	6.437
Diferenças Temporárias.....	448	450
Provisão Risco s/ Crédito		
Tributários e e Prev.....	(18.152)	(18.362)
Provisão para Riscos de Créditos.....	(18.152)	(18.362)
Total Não Circulante	-	-

7. INVESTIMENTOS

A participação que a Companhia possui na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. no montante de R\$ 171 em 30/06/2015 (R\$164 em 31/12/2014), está contabilizado na rubrica de “Participações Societárias”.

8. PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS

Estão classificadas no passivo circulante quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações Financeiras Intermediárias, registradas no ramo de pessoas (DPVAT). São compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Juros</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Juros</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>30/06/2015</u>
Sinistros a liquidar administrativo	2.398	329	2.270	(813)	4.184	220	742	(1.622)	3.524
Sinistros a liquidar judicial	13.064	1.172	4.235	(6.745)	11.726	681	1.285	(1.945)	11.747
	15.462	1.501	6.505	(7.558)	15.910	901	2.027	(3.567)	15.271
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados	12.726	1.905	12.572	(10.853)	16.350	1.202	8.463	(2.048)	23.967
Provisão para Despesas Relacionadas	126	40	495	(270)	391	21	342	(233)	521
Total	28.314	3.446	19.572	(18.681)	32.651	2.124	10.832	(5.848)	39.759

9. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Provisões Técnicas - Seguros	39.759	32.651
Quotas de Fundo de Investimento - Não Exclusivo	39.772	32.664
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas	39.772	32.664
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB.....	48	46
Letras Financeiras do Tesouro.....	3.407	3.216
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	18.643	17.665
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	22.098	20.927
Total de Aplicações	61.870	53.591

10. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

10.1 PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referente às causas fiscais e cíveis. A Companhia adota o procedimento de provisionar a totalidade das contingências cuja probabilidade de perda foi considerada provável.

Em causas cíveis, temos 3 processos, sendo 2 com probabilidade remota e 1 com probabilidade possível.

Em causas fiscais, temos 4 processos, sendo 3 processos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 261 (R\$ 261 em 2014) e 1 processo com probabilidade provável, cujo valor provisionado e estimado do risco é de R\$ 24 (R\$ 24 em 2014).

10.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais, registradas no Passivo Não Circulante na rubrica Outras Contas a Pagar, são compostas como segue:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u> <u>Monetária</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u> <u>Monetária</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2015</u>
Contribuição social	461	113	45	619	72	30	721
COFINS	728	229	70	1.027	-	47	1.074
PIS	118	37	11	166	-	9	175
Total	1.307	379	126	1.812	72	86	1.970

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, oriundos de obrigações legais:

MS nº00280291320084025101 - questiona o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, Lei nº 11.727/08. Perda Possível. Valor atualizado R\$ 740 (R\$ 646 em 12/2014). Decisão de 2ª instância desfavorável. Recurso extraordinário no STF. Matemos a obrigação fiscal de R\$ 721 (R\$ 619 em 12/2014) registradas em "Outras contas a pagar", na rubrica "CSLL Majorada" no passivo não circulante.

MS nº00109156620054025101 - questiona a incidência da CPMF sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life. Perda Possível. DJ: valor atualizado de R\$ 606 (R\$ 588 em 12/2014) - 2ª instância para julgar recurso da Companhia.

MS nº00008694720074025101 - pleiteia a utilização do crédito do PIS e da COFINS, pagos nos termos da Lei nº 9.718/98, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal e questiona a incidência dessas contribuições, nos termos da referida Lei. Perda Possível. O depósito judicial totaliza R\$ 258 (R\$ 247 em 12/2014). Interposto Recurso Especial (STJ) e Recurso Extraordinário (STF).

O referido MS ficou limitado aos fatos geradores ocorridos até dezembro de 2014. Mantemos a obrigação fiscal de R\$ 175 (R\$ 167 em 12/2014) e R\$ 1.074 (R\$ 1.027 em 12/2014), referentes ao PIS e a COFINS exigibilidade suspensa, respectivamente, devidos sobre as receitas financeiras, registrada em "Outras contas a pagar", no passivo não circulante.

10.3 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A composição dos depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais que tem características de realização posterior a 12 meses seguintes à data das Demonstrações Financeiras Intermediárias são registrados no ativo não circulante e são compostas como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Atualização Monetária	30/06/2015
Contribuição social	646	64	30	740
COFINS	212	-	10	222
PIS	35	-	1	36
CPMF	588	-	18	606
Outros	109	-	3	112
Total	1.590	64	62	1.716

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital Social

O capital subscrito e integralizado é representado por 936 ações sem valor nominal, sendo 468 ações ordinárias e 468 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o Capital Social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL REQUERIDO

	30/06/2015	31/12/2014
Patrimônio Líquido.....	22.717	21.490
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacionais.....	(171)	(164)
Ativos Intangíveis.....	(60)	(59)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	22.486	21.267
Capital Base (CB).....	15.000	15.000
Capital de Risco de Crédito.....	2.551	2.132
Capital de Risco - Operacional.....	216	196
Capital de Risco (CR).....	2.767	2.328
Capital Mínimo Requerido (MAX (CB, CR) = CMR)	15.000	15.000
Suficiência	7.486	6.267

Constata-se que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Companhia é superior ao valor do Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme a Resolução CNSP nº 316/2014.

13. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas seguem abaixo:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>		<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Ativo			Receitas	256	-
Contas a Receber	531	605	Recuperação de Despesas	256	-
Icatu Capitalização S.A. (Coligada) [a].....	43	30	Icatu Capitalização S.A. (Coligada)[a].....	234	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda (Coligada)[a].....	4	1	Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda (Coligada)[a].	13	-
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda.(Ligada)[a].....	3	1	Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada)[a].....	10	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada)[b]..	481	573			
Passivo			Despesas		
Contas a Pagar	(134)	(125)	Despesas Administrativas	-	(10)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada) [b].	(134)	(125)	Icatu Seguros S.A. (Controladora)[a].....	-	(10)
Total (Ativo - Passivos).....	<u>397</u>	<u>480</u>	Total (Receitas - Despesas).....	<u>256</u>	<u>(10)</u>

a) Reembolsos de custos administrativos - rateio de despesas comuns entre às empresas do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.

b) O saldo referente à Seguradora Líder origina-se da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo, um "contas a receber/pagar."

14. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Sinistros Ocorridos	(17.592)	(15.461)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos.....	(9.873)	(9.354)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	(4.417)	(3.348)
Despesas com Sinistros.....	(3.302)	(2.759)
Custos de Aquisição	(288)	(256)
Comissões - DPVAT.....	(288)	(256)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(1.442)	(1.272)
Despesas com Cobrança DPVAT.....	(1.081)	(975)
Outras Receitas(Despesas) Operacionais.....	(361)	(297)
Despesas Administrativas	(724)	(563)
Pessoal Próprio.....	(9)	(9)
Serviços de Terceiros.....	(45)	(16)
Localização e Funcionamento.....	(7)	(1)
Convênio DPVAT.....	(638)	(488)
Outras Despesas Administrativas.....	(25)	(49)
Despesas com Tributos	(869)	(692)
Impostos.....	(2)	-
COFINS.....	(642)	(508)
PIS.....	(104)	(83)
Taxa de Fiscalização.....	(67)	(56)
Outras Despesas com Tributos.....	(54)	(45)
Resultado Financeiro	1.425	1.055
Receitas Financeiras.....	3.557	2.621
Títulos de Renda Fixa Públicos.....	191	62
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivo.....	1.068	814
Títulos de Renda Fixa Privados.....	3	2
Receitas Financeiras do Convênio DPVAT	2.231	1.562
Outras Receitas Financeiras	64	181
Despesas Financeiras.....	(2.132)	(1.566)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros.....	(2.124)	(1.554)
Outras Despesas Financeiras.....	(8)	(12)

15. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2015		30/06/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações.....	1.724	1.724	1.389	1.389
Resultado antes dos Impostos	1.724	1.724	1.389	1.389
Adições	2.390	2.390	741	741
Adição Permanente.....	-	-	1	1
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	24	24	23	23
Outras Provisões.....	2.311	2.311	558	558
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa.....	55	55	159	159
Exclusões	(2.404)	(2.404)	(694)	(694)
Doações e Patrocínios Indedutíveis	-	-	(2)	(2)
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(24)	(24)	(23)	(23)
Outras Provisões.....	(2.311)	(2.311)	(558)	(558)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial.....	(64)	(64)	(108)	(108)
Dividendos Recebidos.....	(5)	(5)	(3)	(3)
Resultado Ajustado	1.710	1.710	1.436	1.436
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa.....	(513)	(513)	(430)	(430)
Lucro após as Compensações	1.197	1.197	1.006	1.006
Alíquotas Oficiais.....	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL.....	(287)	(180)	(238)	(151)
Reversão de Créditos Tributários.....	-	-	(3)	(42)
Atualização Processo Judicial CSLL.....	-	(30)	-	(20)
Despesas com IRPJ/CSLL	(287)	(210)	(241)	(213)
Alíquota Efetiva	16,6%	12,2%	17,4%	15,3%

16. OUTROS ASSUNTOS

16.1 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Foi publicada em 21 de maio de 2015 a MP N° 675, que altera a Lei n° 7.689/88, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20%, com produção de efeitos a partir de 1° de setembro de 2015.

16.2 Novos Normativos-SUSEP

A Resolução CNSP n° 321/2015, publicada em 17/07/2015 e a Circular SUSEP n° 517/2015, publicada em 11/08/15, consolidaram diversos normativos já emitidos referentes à solvência e promoveu alterações de caráter redacional. A Administração acredita que não haverá impactos significativos nos procedimentos atuais.

17. EVENTO SUBSEQUENTE

Na data de 14/08/2015, a Companhia protocolou na SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) o pedido de Aprovação Definitiva, com a consequente homologação da reestruturação societária necessária para efetivação da operação firmada entre Icatu Seguros e o Banco Banrisul, para a venda de produtos de seguros de pessoas e previdência.

18. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP n° 312/2014, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A.. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30/06/2015 da Icatu Seguros S.A.

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

DIRETORIA

Diretor Presidente

Luciano Snel Corrêa

Diretores

José Fiel Faria Loureiro

Alexandre Petrone Vilardi

Contador

Carlos Alberto dos Santos Corrêa
CRC-RJ nº 52.009/O-5

Atuário

Luciana da Silva Bastos
MIBA nº 1064